



Revista História : Debates e Tendências (Online)

ISSN: 1517-2856

ISSN: 2238-8885

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
História

Weber, Priscila Maria

Aos Bragança, Angola: a obra manuscrita de Oliveira de Cadornega
como moeda de troca para permanecer em Angola (século XVII)

Revista História : Debates e Tendências (Online),
vol. 20, núm. 1, 2020, Janeiro-Abril, pp. 104-118

Universidade de Passo Fundo, Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História

DOI: <https://doi.org/10.5335/hdtv.1n.20.10414>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552464578008>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

Aos Bragança, Angola: a obra manuscrita de Oliveira de Cadornega como moeda de troca para permanecer em Angola (século XVII)

To Bragança, Angola: Oliveira de Cadornega's handwritten work as a bargaining chip for the author to remain in Angola (17th century)

Por la Bragança, Angola: La obra manuscrita de Oliveira de Cadornega como moneda de cambio para que el autor permanezca en Angola (siglo XVII)

Priscila Maria Weberⁱ

Resumo: Nesse artigo, observamos algumas experiências (con)textuais e de *História geral das guerras angolanas* (HGGA), de António de Oliveira de Cadornega. Essas experiências se relacionam com o dedicar da obra HGGA a D. Pedro II e com o forjar de um sentimento de fidelidade à Casa dinástica dos Bragança em seus escritos. Para tanto, consideramos Oliveira de Cadornega como um autor, descrevendo os passos teórico-metodológicos que embasam tal conjectura e que sugerem um esforço analítico para o emprego de obras como a de Cadornega como fonte documental, evitando anacronismos e o suprimir dos conteúdos escritos pelo autor.

Palavras chave: António de Oliveira de Cadornega. Experiências (con)textuais. História geral das guerras angolanas.

Abstract: In this work we will observe some contextual and writing experiences of the book *História geral das guerras angolanas* (HGGA), by António de Oliveira de Cadornega. These experiences relate to the dedication of the work HGGA to D. Pedro II, and the forging of a sense of fidelity to the Dynastic House of Bragança in his writings. To this end, we will consider Oliveira de Cadornega as an author, describing the theoretical-methodological steps that underlie such a conjecture and that suggest an analytical effort for the use of works such as Cadornega as a documentary source, avoiding anachronisms and the suppression of the contents written by the author.

Keywords: António de Oliveira de Cadornega. Contextual experiences. História geral das guerras angolanas.

Resumen: En este trabajo observaremos algunas experiencias contextuales y escritas del libro *História geral das guerras angolanas* (HGGA), de António de Oliveira de Cadornega. Estas experiencias se relacionan con la dedicación de la obra HGGA a D. Pedro II, y la forja de un sentido de fidelidad a la Casa Dinástica de Braganza en sus escritos. Con este fin, consideraremos a Oliveira de Cadornega como autor, describiendo los pasos teórico-metodológicos que subyacen a tal conjetura y que sugieren un esfuerzo analítico para el uso de obras como Cadornega como fuente documental, evitando anacronismos y la supresión

de los contenidos escritos por el autor.

Palabras clave: António de Oliveira de Cadornega. Experiencias contextuales. História geral das guerras angolanas.

Cadornega e sua obra, impressões (con)textuais

António de Oliveira de Cadornega foi um cristão-novo e degredado português que embarcou em 1639 em Lisboa e rumou para Angola.ⁱⁱ Com um ofício (OLIVAL, 2003; DOMÍNGUEZ ORTIZ, 2000; CASTILLO, 2012) de soldado adquirido junto à Casa dos Bragança,ⁱⁱⁱ deixou para trás família e estudos para fugir das agruras inquisitoriais. Viveu durante quarenta anos em Angola, entre Massangano, entreposto para o escoamento de escravaria, e Luanda, onde a administração lusa acontecia (PARREIRA, 1989, p. 196). Em virtude das trocas do oficialato que ocorreram após a Restauração Portuguesa, ou quando os Bragança se voltavam para as colônias a fim de captar receita e cobrir dividendos resultantes das guerras pós-restauração (TORGAL, 1993, p. 163-164; MARTINS, 2007, p. 311; OLIVEIRA MARQUES, 1998, p. 361), Cadornega começava a escrever a *História geral das guerras angolanas*. Em 1681, conclui a obra e a dedica ao então príncipe regente de Portugal, D. Pedro II.^{iv}

História geral das guerras angolanas possui três tomos com quase 1.200 páginas manuscritas. Essas páginas trazem laudatórias descrições de sucessos bélicos e administrativos lusos, onde o autor forja um sentimento de fidelidade para com os Bragança através dos serviços prestados por gerações de seus familiares àquela casa dinástica.^v Talvez como moeda de troca para permanecer em Angola, visto que sua família estava sendo perseguida e desmantelada pela inquisição, retornar a Portugal se fazia desinteressante (HEINTZE, 2007, p. 138), ou ainda por compor uma elite luandense onde se inseriu no mercadejo de escravaria e angariou cargos e títulos como vereador e juiz ordinário, Cadornega não pretendia regressar (HEINTZE, 2007, p. 13; DEMARET, 2011, p. 110). Outra possibilidade seria a tentativa de se promover para driblar os encalços inquisitoriais com a proteção dos Bragança, caso houvesse um forçado retorno.

Em 1683, *História geral das guerras angolanas* chegou em Lisboa. Esse manuscrito que consideramos a versão ou o translado definitivo da obra, escrita por Cadornega a próprio punho, compõe atualmente o acervo da Academia das Ciências de Lisboa e carrega características não encontradas em nenhuma outra versão manuscrita e são esses os tomos que utilizamos no decorrer deste artigo para as nossas análises, visto que nos

aproximam dos conteúdos, das descrições, do texto e, consequentemente, do contexto de escrita.^{vi}

Isso não ocorre porque conjecturamos aqui noções relacionadas à originalidade dos tomos, muito antes pelo contrário, pois pode haver outras cópias também manuscritas por Cadornega e que não se tem notícia. Tampouco se pretende valorar este ou aquele manuscrito, visto que várias outras copias foram feitas por diferentes autores e estão espalhadas por bibliotecas europeias, merecendo cada uma análise aprofundada dos seus contextos e textualidades. Logo, o que se quer aqui é cotejar os conteúdos que foram escritos por Cadornega para entender um pouco mais da Angola descrita em sua obra.

A historiografia que trabalha com temáticas relacionadas à história de Angola, cujo marco temporal é o século XVII, utiliza amplamente como fonte documental ainda outra versão da obra de Cadornega, ou uma edição impressa datada das décadas de 1940 e 1970, que também possui conteúdos suprimidos ou adicionados por autores outros que não Cadornega.^{vii} Entre os excepcionais trabalhos que utilizam a obra de Cadornega como fonte documental podemos citar obras de Marina de Mello e Souza (SOUZA, 2018), Alberto da Costa e Silva (SILVA, 2002), Luiz Felipe de Alencastro (ALENCASTRO, 2000), Linda Heywood, (HEYWOOD, 2019), John Thornton (THORNTON, 1998), Joseph Miller (MILLER, 2002), Adriano Parreira (PARREIRA, 1989), Beatrix Heintze (HEINTZE, 2007), Isabel de Castro Henriques (HENRIQUES, 2003), David Birmingham (BIRMINGHAM, 2004), entre muitos outros.

Vale dizer que há valor historiográfico em todas as versões manuscritas e impressas, bem como em todos os trabalhos de análise que utilizaram cópias da obra de Cadornega como aporte documental e o que se quer nesse trabalho é ir em um sentido complementar ao que já foi feito pela historiografia, pois quando um manuscrito é copiado, e também anotado, como as versões impressas no século XX da obra de Oliveira de Cadornega, muitos conteúdos são inseridos e suprimidos à revelia do autor. Uma análise que contemple a versão manuscrita por Oliveira de Cadornega pode ser reveladora, visto que abordará elementos ainda não trabalhados sobre a história de Angola, o que, para além de conferir ineditismo a essa pesquisa, auxilia a historiografia sobre África de um modo geral, e ainda mais os trabalhos vindouros.

Cadornega como escritor, um esforço analítico necessário

Consideramos António de Oliveira de Cadornega um historiador, um autor. No entanto, só conseguimos fazê-lo porque ele está dentro do seu texto, ou seja, são as pegadas linguísticas deixadas pelo próprio Cadornega que proporcionou que o visibilizássemos. Como ressalta Michel Foucault em *Bulletin de la Société Française de Philosophie* em julho de 1969, e um ano após em conferência na Universidade de Búfalo, em Nova York, um autor não pode ser tratado de uma forma indiscreta, mas também não de forma comum.^{viii} Com isso, Foucault quer dizer que há complexidades quando se menciona o nome de um autor. Ao passo que ele só existe enquanto escritor dentro de uma obra, há um sem-número de ações que fazem parte de um contexto e que estão, a todo momento, no próprio texto do autor.

O nome próprio (e, da mesma forma, o nome do autor) tem outras funções além das indicativas. Ele é mais do que uma indicação, um gesto, um dedo apontado para alguém; em uma certa medida, é o equivalente a uma descrição. Quando se diz “Aristóteles”, emprega-se uma palavra que é equivalente a uma descrição ou a uma série de descrições definidas, do gênero de: “o autor das Analíticas” ou: “o fundador da ontologia” etc. Mas não se pode ficar nisso; um nome próprio não tem pura e simplesmente uma significação; quando se descobre que Rimbaud não escreveu *La chasse spirituelle*, não se pode pretender que esse nome próprio ou esse nome do autor tenha mudado de sentido. O nome próprio e o nome do autor estão situados entre esses dois pólos da descrição e da designação; eles têm seguramente uma certa ligação com o que eles nomeiam, mas não inteiramente sob a forma de designação, nem inteiramente sob a forma de descrição: ligação específica. Entretanto – e é aí que aparecem as dificuldades particulares do nome do autor –, a ligação do nome próprio com o indivíduo nomeado e a ligação do nome do autor com o que ele nomeia não são isomorfas nem funcionam da mesma maneira (FOUCAULT, 2006, p. 42).

Nesse sentido, podemos problematizar o nome do autor e, consequentemente, a sua obra. Quando nos referimos a António de Oliveira de Cadornega, comumente projetamos a ideia de descrições de fontes que servem para a escrita da história de Angola no século XVII. Ressaltamos que HGGA é tudo isso e também mais, é uma obra que foi escrita em um contexto, por um autor que era cristão-novo, que foi degredado, cuja família foi desmantelada pela inquisição. A todo momento Cadornega interage e absorve realidades do seu *mundo circundante*, como quer Gadamer (2007, p. 571). Isso quer dizer que é apenas considerando a contextualidade que a textualidade ganha sentido. Somente após esse esforço analítico deveria ser possível encarar a obra de Oliveira de Cadornega como uma importante fonte para os estudos sobre a história da África ou de Angola.

O escopo metodológico que auxiliou nossas análises faz parte de um encontro intelectual entre duas escolas: a collingwoodiana,^{ix} anteriormente designada como Escola de Cambridge, e a história conceitual alemã, ou *Begriffsgeschichte*.^x A abordagem

collingwoodiana é tradicional na academia inglesa e em outros cenários, inclusive o brasileiro. A *Begriffsgeschichte* vem ampliando significativamente sua recepção para além da academia germânica, sendo difundida, embora de forma mais modesta, no Brasil (JASMIN, 2006, p. 9).

Entre os autores de expressão collingwoodiana, John Greville Agard Pocock com *Linguagens do ideário político* argumenta que, para se compreender um texto, é necessário considerar o significado que ele tinha em seu contexto de escrita. Segundo Pocock, “o autor habita um mundo historicamente determinado, que é apreensível somente por meios disponíveis graças a uma série de linguagens historicamente constituídas” (POCOCK, 2003, p. 27).

Com isso, o autor alimentou uma “virada historicista” que é parte de um movimento mais amplo, ou a “virada linguística”, pois os objetos de estudo de Pocock basicamente circundam entre texto e contexto, com abordagens centrais eminentemente linguísticas. Assim como Quentin Skinner, outro expoente da Escola de Cambridge, Pocock parte de uma insatisfação pelo modo como a teoria política era ensinada nas universidades britânicas nos idos de 1960. Segundo os autores, tratava-se basicamente de abordagens cronológicas sem qualquer preocupação metodológica, concebendo a história do pensamento político de forma acessória. Para ambos, uma revisão historicista se fazia urgente (JASMIN; JÚNIOR FERES, 2006, p. 20).

Dessa insatisfação surgem contribuições importantes, como o principal labor metateórico de Pocock, que se centra na linguagem, e não na intencionalidade autoral. Ou seja, em uma obra escrita podemos observar o sentido que o autor confere ao texto, o que se difere amplamente do reconhecimento da intenção que um autor confere a uma obra. Ou seja, só é possível nos inteirarmos de uma ação indireta do autor, uma ação mediada por uma cadeia de atos subsequentes, ou entre contexto e ação (POCOCK, 2003, p. 29).

Com isso, vale dizer que esse trabalho de pesquisa explora veementemente através do texto de Cadornega, das repetições, das palavras-chave, das ambiguidades, dos conceitos utilizados, o sentido que o autor corrobora à sua obra, ou a necessidade do autor em mostrar os sucessos lusos para tentar permanecer em Angola. Isso só foi possível de ser visibilizado, pois remontamos o contexto de escrita de HGGA, auxiliados também por outras documentações conjuntamente ao texto de Cadornega (BRÁSIO, 1952).

Nesse caso, a tarefa do historiador é reconstruir essas linguagens e o estudo de sua mutação no tempo, de modo que um determinado autor sempre deve ser estudado em relação às linguagens de sua época e de seu contexto (POCOCK, 1985, p. 12). Por esse motivo não

passaram desapercebidos alguns caracteres da obra HGGA, desde a composição do seu título, onde Cadornega se refere a Angola no plural, ou “guerras angolanas”. Apenas com essa pequena pegada linguística, podemos observar o que circunscreve todo o texto do autor, ou uma multiplicidade de “Angolas”, que eram instáveis e, ao mesmo tempo, necessitavam ser descritas de modo que condissem com as determinações régias, ou as conquistas de territórios.

O manuscrito de Oliveira de Cadornega é uma obra vastíssima, tão plural nos conteúdos abrangidos quanto nas “Angolas” que descreve. No entanto, esse fato não invalida nossas leituras em relação à obra. Pelo contrário, fizemos recortes e determinamos elementos que seriam observados em detrimento de outros, principalmente em função dos limites que um texto nesse formato acarreta. Bem ditas as coisas, e como sugere o próprio Cadornega: “Confiado em Vossa Benevolencia, começarei esta historia, que sem principio não ha fim” (CADORNEGA, 1972, s/p.).

Aos Bragança, Angola

As constantes modificações advindas das experiências sociais, entre elas as fixações de normas e condutas em uma dada sociedade, bem como o processo de abstração de conceitos que se originam para tentar expressá-las e influir sobre elas, são observações que podem compor os contextos e a constante relação desses com os textos que o exprimem (POCOCK, 2009, p. 25). Por conseguinte, é possível discernir o que é possível de ser pensado, logo, racionalizado e traçado no papel. Entre as múltiplas doutrinas, instituições e experiências, o contexto desvenda uma coerência que, apesar de não explícita, constitui um princípio de organização (CERTEAU, 2011, p. 132).

Essa ordem ou razão é um subsolo que escapa até mesmo àqueles que a utilizam como alicerce de suas ideias e intercâmbios. Há uma dada ordem, mas sob uma fórmula que não se sabe, a partir de um modelo que se difere em relação à consciência. Essa ordem ainda assume a figura de alteridade, ou a heterogeneidade do implícito.^{xi} Não há, com isso, nenhum motivo para crer que a sociedade dispõe de uma única linguagem para se comunicar, ao contrário, há várias linguagens advindas de contextos múltiplos, com usos diversos e sofrendo distintas modificações (POCOCK, 2009, p. 29).

Os vocabulários são constantemente utilizados em contextos não originais. As fontes documentais são legítimas por serem capazes de expressar continuidade, arrojando

resultados conferentes às experiências do autor, distintos a cada documento (POCOCK, 2009, p. 33). Os escritos de Oliveira de Cadornega trazem mais que batalhas e sucessos de Portugal: posicionam um autor que interage em uma época específica, que conglomera experiências que transcendem a linearidade temporal. As ambições do autor corroborarão com a escrita de *História geral das guerras angolanas*, que é recepcionada inicialmente no século XVII por uma Bragança que ele não mais conhecia ou possuía relações.

É como se a escrita da obra composta por exaustivas descrições que pautam os sucessos de Portugal pudesse promover a absolvição do autor de qualquer jugo inquisitorial. Embora a participação de Cadornega em empreitadas bélicas seja diminuta, ele estava trabalhando efetivamente na administração e mesmo participando do mercadejo de escravaria, o que era fundamental para alimentar a mão de obra nas demais colônias lusas (ALENCASTRO, 2000, p. 31-33).

A ascensão ao oficialato, até chegar ao título de juiz ordinário de Massangano, ocorre porque Cadornega sabia articular tanto com a administração lusa quanto com os mercadores flamengos: ambos estavam interessados em inflamar o mercadejo de escravos. A ligação com os flamengos, onde muitos comerciantes eram marranos, poderia apregoar sua ancestralidade cristã-nova, por isso não foi explicitada em nenhuma parte de HGGA (ROTH, 1959).

Apesar de qualificar a descendência de sua família, essa denúncia, no entanto, é útil para a construção do vínculo com os Bragança, forjando um sentimento de fidelidade, pois desde a geração de seu avô havia prestações de serviços a essa casa dinástica. Com isso, ressaltamos que o dedicar a obra HGGA à Casa dos Bragança é também uma troca estabelecida dentro de uma possibilidade de linguagem, calcada em uma determinada ordem^{xii} que exprime noções mercantilistas (FOUCAULT, 1981, p. 238 a 248).

Quaisquer que tenham sido seus desdobramentos econômicos, o mercantilismo interrogado em nível de *episteme* aparece como esforço para refletir sobre o que era moeda e o que era troca. A moeda, ou no presente caso a obra HGGA, possui a capacidade de se apresentar a partir de si mesma, com seus elementos próprios, criadores de um sistema de signos que estabelece identificações que sopesam valorações intrínsecas ao objeto que intenciona ser “trocado”. Instaurando uma articulação refletida, o mercantilismo faz da “moeda” o instrumento de identificação de riquezas.

As riquezas se desenvolvem como objeto das necessidades e dos desejos; “dividem-se e substituem umas às outras pelo jogo das espécies monetizadas que as significam; e as relações recíprocas entre moeda e a riqueza se estabelecem sob a forma de

circulação e das trocas” (FOUCAULT, 1981, p. 240). Isso quer dizer que a moeda recebe seu valor pela função de signo. “As riquezas são riquezas porque as estimamos, assim como nossas ideias são o que são porque as representamos” (idem, ibidem, p. 214). Se a moeda de Oliveira de Cadornega é a obra HGGA, com descrições que exaustivamente tendem a laudar as atividades militares portuguesas, a troca é o permanecer em Angola e continuar guarnecedo o território, detendo-o de todos os perigos.

O súdito que se diz o português mais antigo de Angola, que esteve “fielmente auxiliando na administração da colônia, conquista lusa, que brada contra as tentativas de apoderamento de africanos ou flamengos”,^{xiii} caracteriza as empreitadas militares portuguesas com alarido, quando os resultados são favoráveis aos lusos, conforme se observa no decorrer dos tomos de HGGA. Não faltam estrondos, raios e ofensivas maciças dos exércitos inimigos, que sempre possuíam maior número de contingentes, mas eram desbaratados com a “vozaria lusa que atroava a terra”.

Aqui succedeo huma cousa maravilhosa, e foi que com o muito disparar faltou pólvora e cartuxos; com a pressa que acudia a Infantaria a prover os frascos e patronas, hum soldado não teve muita com a Corda, com que saltou fogo dela em hum Barril, e dele no outro, dando hum grande clarão e grandíssimo estrondo, morrendo ali logo dous homens abrazados, e quatro ao depois, que a estavão repartindo, e outros muitos queimados do grande fogo que deo; atiou fogo em um grande palhalgal que por ali havia, este sucesso foi causa de atemorizar aqueles inimigos de calidade que afrouxarão em os acometimentos, o que permittio Deos sucedesse assim, se não corre muito risco nossa gente em ser ali toda degolada do inimigo, e se tratou de apagar aquelle incêndio por se não abrazar a nossa gente que não havia por onde alargar sendo já noite, e toda mettida em tão arriscado aperto, não havendo sitio onde arranchar: estando o Capitão mor perplexo em que o faria, advertio hum capitão que a gente da retaguarda vinha ainda distante em paragem onde havia mais alguma larguezza; que mandasse fazer a retaguarda e que eles fossem marchando com a cara ao inimigo dandolhe suas surriadas até se poderem melhor incorporar, assim o mandou o Capitão mor executar, onde se aquartelarão como poderão e aquele inimigo cessou com suas investidas.^{xiv}

O não regressar a Portugal, talvez mote primeiro da obra, serve-se dessas descrições para se justificar. Segundo Foucault (1996), o estado administrativo, nascido nos séculos XV a XVII, passa a delimitar suas fronteiras priorizando a territorialidade, que é caracterizada pela população que nela povoa. Assim, a estratégia utilizada por Cadornega evoca um sentimento pátrio, pois “he o autor o mais antigo que nelles hay”.^{xv} Ou seja, o soldado informa que vivia a quarenta anos na África, sendo o português mais antigo, e a fidelidade aos Bragança, diferentemente de sua família, estava em continuar os trabalhos no além-mar, território que necessitava prosseguir em mãos lusas.

Em Portugal, segundo Sérgio Campos Matos (apud CARVALHO; PEREIRA; RIBEIRO, 2011, p. 36), “o termo pátria surge no século XV numas coplas populares

dedicadas ao condestável Nuno Álvares, comandante militar nas guerras com Castela (1383-85)", e adquire larga difusão nos séculos seguintes, por exemplo, com *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, especialmente após a restauração em 1640. Sabe-se que no século XVII a soberania, isto é, o *imperium*, deixou de ser patrimônio da majestade e passou para a posse de um sujeito moral e autônomo chamado por uns Estado, por outros, nação (TORGAL; PIMENTA; SOUZA, 2008, p. 26). Se, por um lado, é possível compreender esse movimento, *pari passu* a monarquia ainda permanecia. Cadornega, que dedica a obra ao príncipe Dom Pedro, por uma via ciceroneia a casa real para a leitura de seu texto e, por outra, evoca Camões para elucidar as intempéries vividas por Pedro Dias de Novaes quando da "descoberta" de Angola.

Vós portuguezes poucos quantos fortes,
Que o franco poder vossa não pezais,
Vós que as custas de vossas várias mortes:
Assi do Ceo deitadas são as sortes,
Que vós por muito pouco que sejais,
Muito façais na Santa Christandade
Que tanto, ó Christo exaltas a humildades.^{xvi}

O patriotismo pode ser qualificado como a "poética da política" ou como a "ideologia do sentimento" (CATROGA, 2011, p. 10). "Ora, já nos poemas homéricos o termo *patris* (e seus derivados) remete para a 'terra dos pais', expressão que dizia respeito tanto ao enraizamento como a fidelidade a uma terra e a um grupo humano identificado por uma herança comum, real ou fictícia" (HESPANHA, 1984, p. 53). Para Fernando Catroga, ainda há uma aura recoberta por uma raiz paternal, pressupondo uma ancestralidade que se prolonga e reproduz táticas rituais unificadoras. "Compreende-se, pois, se literalmente, a pátria insinua a presença memorial do pai – a terra dos pais –, a linguagem mais lírica, afetiva e interpeladora que a diz, metaforiza-a com um corpo moral, mítica e misticamente feminizado" (CATROGA, 2011, p. 11).

O apelo matricial almeja garantir a propriedade do território. Um dos meios mais utilizados para representar a *polis* como ordem é representá-la como mãe, sugerindo a existência de uma proximidade íntima, identitária e afetiva entre o habitante e sua terra uterina (TORGAL; PIMENTA; SOUZA, 2008, p. 10). Edgar Morin ressalta que há no sentimento pátrio um forte componente psicoafetivo que pode ser definido como matripatriótica; ou seja, materno-feminina, ou a mãe-pátria, que os seus filhos devem amar e proteger, sentimento primordial de pertença que irrompe antes das nações politicamente

organizadas (CATROGA, 2011, p. 21).

O sentimento de pertença a Portugal é forjado durante todos os tomos de forma conflitiva. O soldado que se intitula português e que defende os interesses da coroa atesta que o mais relevante é a sua permanência em Angola, lutando pelo território que tanto interessava à coroa lusa. A textura de ligação na obra HGGA entre a *matris* aparece de forma dicotômica, pois o território que é louvado é o português, terra natal de Oliveira de Cadornega, mas o que deveria ser defendido é o angolano. Sucintamente, a mátria é o território angolano que o acolheu, e não Portugal, que o perseguiu com os jugos inquisitórios.

Com os elementos supracitados, abalancamos um entrelaçar na obra HGGA, formando uma malha contextual que expressa relações difíceis de serem observadas. Se as palavras-chave, as repetições e os vícios de linguagem denunciam ao tempo que enriquecem um texto, o contexto não cansa de deixar suas marcas através destes elementos, exigindo cada vez mais daquele que intenta esmiuçá-lo (POCOCK, 2003, p. 11). As relações de troca entre Cadornega com a casa real dos Bragança configuram um significado de “moeda” à obra, conectado à construção de um sentimento de pátria.

A escrita desse trabalho, para além de respostas, transmite uma série de reticências que carecerem de aprofundamento, como as condizentes com as relações contextualizadas mercantis, bem como as teorias que refletem sobre a concepção de pátria. Para todas essas lacunas, a justificativa é a ânsia em interpretar, que espelha o labirinto que é imergir em uma obra manuscrita. Se ligeiras são essas conceituações, elas se fazem necessárias para o observar do contexto que Oliveira de Cadornega estava inserido e delineava.

Referências

ALBUQUERQUE, Martin de. *A consciência nacional portuguesa: ensaio de história das ideias políticas*. Lisboa: [s/n.], 1974.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul: séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Imaginação histórica e pensamento mediado na obra de R. G. Collingwood. *ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História*, Fortaleza, 2009.

BIRMINGHAM, David. *Alianças e conflitos: Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola. 1483-1790*. Luanda: Arquivo Histórico de Angola, 2004.

BRÁSIO, António. *Monumenta Missionária Africana*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, v. V, VII, IX e XI, 1952.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. História geral das guerras angolanas. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. *Catálogo de Manuscritos série vermelha*, Cota 77 e 78, tomo I, página 3, 1680.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. História geral das guerras angolanas. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. *Catálogo de Manuscritos série vermelha*, Cota 77 e 78, Tomo I, Dedicatória a D. Pedro II, 1680.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. História geral das guerras angolanas. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. *Catálogo de Manuscritos série vermelha*, Cota 77 e 78, tomo I, p. 1, 1680.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. História geral das guerras angolanas. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. *Catálogo de Manuscritos série vermelha*, Cota 77 e 78, 1680.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História geral das guerras angolanas*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, tomo I, II e III, 1940.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira. *História geral das guerras angolanas*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Tomo I, II e III, 1972.

CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Haplpern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CASTILLO. Francisco de Andújar. Venalidade de ofícios y honores. Metodología de Investigacion. In: STUMPF, Roberta; CHATURVEDULA, Nandini. (orgs.) *Cargos e ofícios nas monarquias Ibéricas: provimento, controlo e venalidade (séculos XVII e XVIII)*. Lisboa: Centro de História do Além-Mar, Universidade de Nova Lisboa, 2012.

CATROGA. Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In: TORGAL, L.R; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas: Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

CATROGA. Fernando. *Ensaio respublicano*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.

CATROGA. Fernando. Pátria, nação e nacionalismo. In: TORGAL, L.R; PIMENTA, F.T. SOUZA, J.S. *Comunidades Imaginadas: Nação e nacionalismo em África*. Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: Entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de história*. Lisboa: Presença, 1981.

CUNHA, Mafalda Soares. Bragança e a casa ducal: comunicação política e gestão senhorial, séculos XV-XVII. *Revista Monumentos*, 32, Lisboa, dez/2011.

DEMARET, Mathieu Mogo. Portugueses e africanos em Angola no século XVII: problemas de representação e de comunicação a partir da obra História Geral das Guerras Angolanas. *Representações de África e dos africanos na história e cultura: Séculos XV a XXI*. Ponta Delgada: Centro de História do Além-mar, Universidade de Nova Lisboa, 2011.

DOMÍNGUEZ ORTIZ, Antonio. Valoración social de los hábitos de las órdenes militares. In: BENITO, Ricardo Izquierdo; GÓMEZ, Francisco Ruiz. *Las Órdenes Militares en la Península Ibérica*, v. 2, Cuenca, ed. de La Universidad de Castilla-La-Mancha, 2000.

FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa: Nova Vega, 2006.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I*. Petrópolis: Vozes, 2007.

HEINTZE, Beatrix. *Angola nos séculos XVI e XVII: Estudos sobre fontes, métodos e história*. Luanda: Kilombelombe, 2007.

HENRIQUES, Isabel Castro. *O pássaro de mel: Estudos de história africana*. Lisboa: Colibri, 2003.

HESPANHA, António Manuel. *Poder e instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HEYWOOD, Linda. *Jinga de Angola: A rainha guerreira da África*. São Paulo: Todavia, 2019.

JASMIN, Marcelo; JÚNIOR FERES, João. *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, Loyola, 2006.

MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 2007.

MATOS, Sérgio Campos. Linguagem do patriotismo em Portugal: da crise do Antigo Regime à Primeira República. In: CARVALHO, José Murilo de; PEREIRA, Miriam Haplern; RIBEIRO, Gladys Sabina; VAZ, Maria João. *Linguagens e fronteiras do poder*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2011.

MILLER, Joseph. *Poder político e parentesco: Os antigos estados Mbundo em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional e Instituto Camões, 2002.

OLIVAL, Fernanda. Mercado de hábitos de serviços em Portugal. *Revista Análise Social*, v. XXXVIII, 168, 2003.

OLIVEIRA MARQUES, H. A. de. *História de Portugal: do Renascimento às Revoluções Liberais*. Barbacena (PT): Presença, 1998.

PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na época da Rainha Jinga*. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2003.

POCOCK, John Greville Agard. *Virtue, commerce, and history: essays on political thought and history, chiefly in the eighteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

POCOCK, John Greville Agard. *Pensamiento político e historia: Ensayos sobre teoría y método*. Madrid: Ediciones Akal, 2009.

RICHTER, Melvin. *The Meaning of Historical Terms and Concepts New Studies on Begriffsgeschichte*. Washington: German Historical Institute, 1996.

ROTH, Cecil A History of The Marranos. Meridian Books, Inc., and The Jewish Publication Society of America, October 1959. First printing September 1959.

SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo: A África e a escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro, Nova fronteira, 2002.

SOUZA, Marina de Mello e. *Além do visível: Poder e comércio no Congo e em Angola (século XVI e XVII)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2018.

THORNTON, John. *The Art of War in Angola, 1575-1680*, Comparative Studies. *Society and History*, Cambridge University Press, v. 30, n. 2, abr. 1988, p. 360-378.

TORGAL, L. R. Restauração e razão de estado. In: HESPAÑHA, António Manuel. *Penélope: fazer e desfazer da história*. Lisboa: Cosmos, 1993.

WEBER, Priscila Maria. “*Angola*” como conceito: uma análise da obra História Geral das Guerras Angolanas de Oliveira de Cadornega (Século XVII). Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História PUCRS, 2018.

Submetido em: 30/08/2019

Aprovado em: 03/10/2019

Publicado: 15/12/2019

Notas

ⁱDoutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil). E-mail: priscilamariaweber@gmail.com.

ⁱⁱ CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. *História Geral das Guerras Angolanas*. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 03.

ⁱⁱⁱ Sobre a fundação da casa dinástica dos Bragança, o texto de Mafalda Soares da Cunha considera que “o processo de senhorialização de Bragança por parte da casa ducal inscreve-se numa lógica de afirmação de poder que apresenta algumas semelhanças com outras grandes casas senhoriais portuguesas. Como ocorre com a maior parte das terras outorgadas nos séculos XV e XVI pela Coroa, a tomada de posse foi acompanhada pela imposição por parte dos novos titulares de marcas das suas casas e linhagens sobre o território. A forma podia variar, mas concretizava-se, na maioria das vezes, através da obtenção de privilégios específicos para as terras ou no enobrecimento das vilas e lugares por obras municipais e patrocínio a instituições locais” (CUNHA, 2011, p. 56).

^{iv} CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. História Geral das Guerras Angolanas. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, Tomo I, Dedicatória a D. Pedro II.

^v CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. História Geral das Guerras Angolanas. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, p. 01.

^{vi} CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. História Geral das Guerras Angolanas. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78.

^{vii} CADORNEGA, Antônio de Oliveira. História Geral das Guerras Angolanas. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940, tomo I, II e III.

CADORNEGA, Antônio de Oliveira. História Geral das Guerras Angolanas. Lisboa: Agência Geral do Ultramar/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1972, Tomo I, II e III.

O capítulo oitavo de Weber (2018) problematiza as características das versões impressas da obra de Cadornega, atentando para o seu anotador, José Matias Delgado, e para os conteúdos suprimidos e inseridos por ele.

^{viii} Essa conferência foi publicada sob o título *O que é um autor?* Cf. Foucault (2006).

^{ix} Robin George Collingwood foi um historiador inglês e uma de suas principais obras é *A ideia de história*. O autor argumenta, em meio a outras coisas, a impossibilidade de se pensar a história como as ciências naturais, por exemplo. Os processos históricos não podem ser observados diretamente, há de se reconstruir a história utilizando o que chama por “imaginação histórica”, ou uma reedição com base em informações e evidências produzidas no contexto que se quer trabalhar. Essa obra é antes “uma investigação filosófica acerca da natureza da história, considerada como um tipo ou uma forma específica de conhecimento” (COLLINGWOOD, 1981, p. 17).

Sobre a imaginação histórica em Collingwood: “O conceito de imaginação histórica está associado ao que Collingwood intitula ‘critério da verdade histórica’, ou seja a ideia de que a história, sendo um tipo de conhecimento dedutivo daquilo que é transitório, não pode extrair certezas das fontes porque é a veracidade das afirmações da própria fonte que está em questão: ‘para o historiador não pode haver nunca fontes autorizadas, porque estas proferem um veredito que só ele pode lançar’. Por isso o historiador deve transcender aquilo que as fontes lhe dizem através de um modo construtivo, procedendo a uma interpolação entre as afirmações feitas pelas fontes com outras, deduzidas das mesmas. Essa interpolação é apriorística, ou seja, é uma construção a partir daquilo que é exigido pela evidência. Ela se constitui através de um processo imaginativo utilizado para reconstituir a relação entre dois processos. Esses dois elementos caracterizam a imaginação a priori, da qual a imaginação histórica constitui um de seus desdobramentos especializados. É ela que produz a continuidade própria da narrativa histórica, que se caracteriza por ter um papel ‘que não é propriamente ornamental, mas estrutural [...] é ela que, atuando não caprichosamente, como fantasia, mas sob a forma apriorística, executa todo o trabalho de construção histórica’” (ARRAIS, 2009, p. 3).

^x “Begriffsgeschichte is based on a particular theory, even na ontology, of history. It was especially Reinhart Koselleck who developed this theory, which became the structural principle of the Geschichtliche Grundbegriffe. A superior philosopher of historical theory and someone who has at his intellectual disposal the entire Western tradition, Koselleck attempted to apply the discussion on ‘historicity’—as defined to a large extent by Heidegger and Gadamer—to a theory of empirical historical scholarship. According to Koselleck, the study of history must not become lost in a sea of equally valid questions and in the postmodern interchangeability of all things. Out of contemporaries’ changing experiences of time in history, it is necessary and possible to reconstruct differential ‘temporal structures’ of the past, and, at the same time, to convert these into the basic principles and methods of historical inquiry” (RICHTER, 1996, p. 5).

^{xi} Cf. CERTEAU, 2011. Nessa ocasião, o autor comenta sobre a obra *As palavras e as coisas*, Foucault. Por considerarmos a reflexão de extrema pertinência, cremos que se faz adequada para os referidos embasamentos.

^{xii} Os pensamentos, entre as múltiplas instituições, experiências e doutrinas, desvenda-se de forma não explícita, mas que constitui um princípio organizador de uma cultura. Há, portanto, uma espécie de ordem. Contudo, ela sempre escapa, porque a linguagem, tradutora primeira do pensamento, fala à revelia das vozes que a enunciam (CERTEAU, 2011).

^{xiii} CADORNEGA, Antônio de Oliveira. História Geral das Guerras Angolanas. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. Catálogo de Manuscritos série vermelha, Cota 77 e 78, tomo I, página 5.

^{xiv} CADORNEGA, Antônio de Oliveira. História Geral das Guerras Angolanas. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1972, tomo II, p. 116.

^{xv} CADORNEGA, Antônio de Oliveira de. História Geral das Guerras Angolanas. Lisboa: Agência Geral das Colônias, 1972, tomo I, p. 10.

^{xvi} CADORNEGA, Antônio de Oliveira. História geral das guerras angolanas. Manuscrito Academia das Ciências de Lisboa. *Catálogo de Manuscritos série vermelha*, Cota 77 e 78, tomo I, página 23, cita Camões da seguinte forma: “Os Lusiadas de Camoens canto sétimo outava terceira”.